**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
PROCURADORIA**

**PROCESSO 02567/12.
PLL Nº 185/12.**

PARECER PRÉVIO

É submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, o Projeto de Lei do Legislativo em epígrafe, que institui, no Município de Porto Alegre, as academias de ginástica ao ar livre, e dá outras providências.

Na forma do que dispõe a Carta Magna, é da competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, e dever do Estado a proteção e incentivo das manifestações desportivas (art. 30, inciso I e 217, inciso IV).

A Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, por sua vez, declara competir a este estabelecer suas leis e atos relativos aos assuntos de interesse local, e estatui ser dever do mesmo fomentar e amparar o desporto (arts. 9º, inciso II e 191).

Consoante se infere do exposto, há previsão legal para atuação do legislador municipal no âmbito da matéria objeto do projeto de lei.

Contudo, por força do disposto no artigo 94, inciso IV, da Lei Orgânica, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo realizar a administração do Município, preceito que, vênha concedida, resta afetado pelo conteúdo normativo da proposição, por implicar destinação de bens, serviços e rendas públicas, com interferência na gestão municipal.

É o parecer, *sub censura*.

Á Diretoria Legislativa para os devidos fins.
Em 05 de fevereiro de 2.013.

Claudio Roberto Velasquez
Procurador-Geral-OAB/RS 18.594